

N.F. Nº - 020778.0047/20-6  
NOTIFICADO - ELIANA CONCEIÇÃO DI GIROLAMO VITA DA SILVA  
NOTIFICANTE - MANOEL MESSIAS SANTOS DA HORA  
ORIGEM - INFAZ COSTA DO CACAU  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 14.09.2021

**6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0334-06/21NF-VD**

**EMENTA:** ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO. Documentos anexados pela Defendente não conseguem elidir a presunção de legitimidade da ação fiscal. Infração caracterizada. Instância única. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 26/11/2020, exige da Notificada ITD no valor de R\$10.500,00, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 41.01.13: falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de qualquer natureza.

Enquadramento Legal: art. 1º da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

A Notificada apresenta peça defensiva (fls. 12 a 26), inicialmente alegando a tempestividade da impugnação e reproduzindo o conteúdo da infração apurada. Prossegue afirmando que a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF, apresentada em 29/04/2016, correspondente ao ano calendário 2015, foi entregue com impropriedade, quanto ao reconhecimento do valor de R\$300.000,00 do Sr. Eduardo José Vita da Silva, para complementar a aquisição do imóvel residencial (casa) no valor de R\$350.000,00, situada na Rua Visconde de Mauá, nº 175, na cidade de Ilhéus, Bahia, adquirida pelo casal.

Aduz que a aquisição do valor supracitado corresponde a uma dívida contraída do empréstimo cedido pelo Sr. Eduardo José Vita da Silva, o que incorreu na retificação da DIRPF no dia 23/12/2020, para fins de evidenciar a verídica informação, conforme declaração em anexo.

Finaliza a peça defensiva requerendo a improcedência do lançamento e o reconhecimento de que a Impugnante prestou informação equivocada, quanto ao recebimento do valor de R\$300.000,00, para complementar a aquisição de imóvel, não se tratando de doação, mas sim de um empréstimo de pessoa física. Ressaltando tratar-se de um bem adquirido por casal que convive sob o regime de comunhão universal de bens.

Na Informação fiscal de fls. 27/28, o Notificante afirma: 1) que a SEFAZ teve conhecimento da doação através de informações econômico-fiscais extraídas da DIRPF da Notificada e fornecidas pela Receita Federal do Brasil, mediante Convênio de Cooperação Técnica; 2) que foram enviadas várias correspondências para a Notificada solicitando informações sobre o pagamento do ITD, relativo à supracitada doação, sem sucesso nos contatos, o que gerou a lavratura da presente Notificação em 26/11/2020; 3) que a DIRPF retificadora, ano calendário 2015, foi apresentada em 23/12/2020, conforme recibo de entrega (fl. 22), portanto em data posterior ao início da ação fiscal, qual seja, 01/10/2020, (fl. 04), assim como em data ulterior à ciência da lavratura da Notificação, 17/12/2020 (fl. 10v); 4) que o Contrato de Mútuo apresentado não foi registrado em cartório na época em que foi celebrado, carecendo de validade jurídica tributária, para os fins que se propõe, e 5) que os documentos apresentados são meras tentativas da Notificada se eximir do pagamento justo do imposto sobre o acréscimo patrimonial ocorrido através da doação.

Finaliza a informação pugnando pela procedência total do lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal (PAF) para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

#### **VOTO**

A Notificação Fiscal em lide exige da Notificada ITD no valor de R\$10.500,00, e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento do ITD incidente sobre doação de qualquer natureza.

Cumprido destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais, e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, a Notificada alega que a Declaração do Imposto de Renda pessoa Física – DIRPF, apresentada em 29/04/2016, correspondente ao ano calendário 2015, foi entregue com impropriedade, quanto ao reconhecimento do valor de R\$300.000,00 do Sr. Eduardo José Vita da Silva, para complementar a aquisição do imóvel residencial (casa) no valor de R\$350.000,00, situada na Rua Visconde de Mauá, nº 175, na cidade de Ilhéus, Bahia, adquirida pelo casal. Aduz que a aquisição do valor supracitado corresponde a uma dívida contraída do empréstimo cedido pelo Sr. Eduardo José Vita da Silva, o que incorreu na retificação da DIRPF no dia 23/12/2020, para fins de evidenciar a verídica informação, conforme declaração em anexo.

Finaliza a peça defensiva afirmando que a Impugnante prestou informação equivocada, quanto ao recebimento do valor de R\$300.000,00, não se tratando de doação, mas sim de um empréstimo de pessoa física. Ressaltando tratar-se de um bem adquirido por casal que convive sob o regime de comunhão universal de bens.

Na Informação fiscal, em suma, o Notificante afirma: 1) que a DIRPF retificadora, ano calendário 2015, foi apresentada em 23/12/2020, conforme recibo de entrega (fl. 22), portanto em data posterior ao início da ação fiscal, qual seja, 01/10/2020, (fl. 04), assim como em data ulterior à ciência da lavratura da Notificação, 17/12/2020 (fl. 10v); 2) que o Contrato de Mútuo apresentado pelo Contribuinte não foi registrado em cartório na época em que foi celebrado, carecendo de validade jurídica tributária, para os fins que se propõe, e 3) que os documentos apresentados são meras tentativas da Notificada se eximir do pagamento justo do imposto sobre o acréscimo patrimonial ocorrido através da doação.

Finaliza a informação pugnando pela procedência total do lançamento.

Compulsando os documentos constantes nos autos, verifico: 1) que o Termo de Intimação para apresentação, no prazo de 48 horas, do comprovante de pagamento de ITD no valor de R\$10.500,00, referente a doação da quantia de R\$300.000,00 (fl. 03), teve a respectiva ciência em 01/10/2020 (fl. 04); 2) que o Termo de Intimação da Lavratura da Notificação, ora em lide (fl. 09), teve a respectiva ciência em 17/12/2020 (fl. 10v); 3) que o recibo de entrega da DIRPF Retificadora, Ano Calendário de 2015, foi apresentado para a Receita Federal pela Notificada em 23/12/2020 (fl. 22), e 4) que a Cópia de Contrato de Mútuo, datado de 26/12/2015, não contém evidência de registro em cartório (fl. 17).

Registro que, cópia de contrato de empréstimo sem registro em cartório é desprovido de valor probante. Por outro lado, as datas de ciência do Termo de Intimação, que configurou o início da

ação fiscal, assim como a da efetivação do presente lançamento foram anteriores à data da apresentação da DIRPF retificadora. Ademais, inexistem, nos autos, provas de pagamentos de parcelas do empréstimo ou ao menos dos juros de 1% ao ano, previstos na cláusula terceira do Contrato de Mútuo. Pelo exposto, entendo não ter havido, de fato, um empréstimo, mas sim uma doação.

Nos termos expendidos, considero que a infração está caracterizada e o sujeito passivo não apresentou provas que pudessem elidir a presunção de legitimidade da ação fiscal. Voto, portanto, pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **020778.0047/20-6**, lavrada contra **ELIANA CONCEIÇÃO DI GIROLAMO VITA DA SILVA**, devendo a Notificada ser intimada para efetuar o pagamento do ITD no valor **R\$10.500,00**, acrescido de multa prevista no inciso II do art. 13 da Lei 4.826/89 e demais acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 25 de agosto de 2021

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - RELATOR